



80

ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Antenor Cardoso Soares Junior

3ª Câmara de Direito Público

Recurso de Agravo em AP nº 0321794-3 (NPU nº 0047508-08.2011.8.17.0001)

2ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Recife

Recorrente: FUNAPE – Fundação de Aposentadorias e Pensões dos Servidores do Estado de Pernambuco

Procurador: Paulo Sérgio Cavalcanti Araújo

Recorrida: Maria de Lourdes Bezerra Avelino

Advogada: Patrícia Carla da Costa Lira

Relator: Des. Antenor Cardoso Soares Junior

Relator Substituto: Juiz José Viana Ulisses Filho

RECURSO DE AGRAVO CONTRA DECISÃO TERMINATIVA PROFERIDA NA APELAÇÃO/REEXAME NECESSÁRIO À EPÍGRAFE. ARGUMENTAÇÃO DO AGRAVO DESPROVIDA DE CONTEÚDO JURÍDICO CAPAZ DE ALTERAR A DECISÃO RECORRIDA. MERA REJEIÇÃO DO DECISUM. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA. PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE. SÚMULAS 182/STJ e 284/STF.

1. In casu, constatada a violação do princípio da dialeticidade, consoante previsão dos arts. 514, II e 524 I e II, ambos do Código de Processo Civil, temos que restou verificada a ausência de impugnação específica da decisão agravada por parte dos ora insurgentes, circunstância tal não modificada com a interposição do recurso de agravo à epígrafe.

2. Sendo assim, é certo que a parte apelante/agravante deve atacar, especificamente, os fundamentos lançados na decisão recorrida, refutando todos os óbices por ela levantados, sob pena de vê-la mantida, pela subsunção ao caso da súmula 182 do STJ, senão vejamos: "É inviável o agravo do art. 545 do CPC que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada."

3. Logo, a parte apelante/recorrente deve atacar, especificamente, os fundamentos lançados na decisão revisitada, refutando todos os óbices por ela levantados, sob pena de vê-la mantida, com de fato restou mantida nos autos à epígrafe, em razão da ausência de contrariedade dos seus fundamentos.

4. Destarte, de acordo com o princípio da dialeticidade, as razões recursais devem impugnar, com transparência e objetividade, os fundamentos suficientes para manter íntegro o decisum recorrido. Deficiente a fundamentação, repita-se, incide a Súmula 182/STJ, e por analogia, a Súmula 284 do Supremo Tribunal Federal.

5. Destarte, unanimemente, negou-se provimento ao Recurso de Agravo.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Recurso de Agravo em Apelação/Reexame Necessário nº 0321794-3, em que figura como parte recorrente/apelante a FUNAPE – Fundação de Aposentadoria e Pensões dos Servidores do Estado de Pernambuco e como parte recorrida/apelada a Sra. Maria de Lourdes Bezerra Avelino.



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete Des. Antenor Cardoso Soares Junior

ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégia Terceira Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, unanimemente, em negar provimento ao Recurso de Agravo na Apelação/Reexame Necessário nº 0321794-3, tudo de conformidade com a ementa, o relatório, e o voto, que passam a integrar este aresto.

Recife, 23 de 09 de 2014.


Juiz José Viana Ulisses Filho
Relator Substituto



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GABINETE DO DES. ANTENOR SOARES

09

81

3ª Câmara de Direito Público

Recurso de Agravo em AP nº 0321794-3 (NPU nº 0047508-08.2011.8.17.0001)

2ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Recife

Recorrente: FUNAPE – Fundação de Aposentadorias e Pensões dos Servidores do Estado de Pernambuco

Procurador: Paulo Sérgio Cavalcanti Araújo

Recorrida: Maria de Lourdes Bezerra Avelino

Advogada: Patrícia Carla da Costa Lira

Relator: Des. Antenor Cardoso Soares Junior

Relator Substituto: Juiz José Viana Ulisses Filho

RELATÓRIO

Trata-se de Recurso de Agravo interposto contra decisão terminativa exarada nos autos do Recurso de Apelação nº 0321794-3 que, reconhecendo a hipótese de subsunção ao caso de ausência de dialeticidade, negou provimento ao supracitado recurso, com fundamento no art. 557, caput, do CPC, c/c o art. 74, VIII, do RITJPE (Regimento Interno do Tribunal de Justiça de Pernambuco).

Por fim, pugna pela reconsideração da decisão exarada, para determinar a regular tramitação do recurso de apelação, com o fito de anulação da sentença e reabertura do prazo para apresentação de defesa pela FUNAPE, ou que o presente recurso seja levado em mesa para julgamento colegiado.

É o relatório.

Recife, 23 de 09 de 2014.


Juiz José Viana Ulisses Filho
Relator Substituto



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Antenor Cardoso Soares Junior

82

82

3ª Câmara de Direito Público

Recurso de Agravo em AP nº 0321794-3 (NPU nº 0047508-08.2011.8.17.0001)

2ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Recife

Recorrente: FUNAPE – Fundação de Aposentadorias e Pensões dos Servidores do Estado de Pernambuco

Procurador: Paulo Sérgio Cavalcanti Araújo

Recorrida: Maria de Lourdes Bezerra Avelino

Advogada: Patrícia Carla da Costa Lira

Relator: Des. Antenor Cardoso Soares Junior

Relator Substituto: Juiz José Viana Ulisses Filho

VOTO

A decisão agravada está assim sumariada:

DECISÃO TERMINATIVA

Trata-se de Apelação Cível / Reexame Necessário interposta contra a Sentença de fls. 31/32, proferida pelo MM. Juiz da 2ª Vara da Fazenda Pública da Comarca da Capital/PE que, nos autos da AÇÃO ORDINÁRIA COM PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA (Processo nº 0047508-08.2011.8.17.0001), julgou procedente o pedido da parte autora para determinar a parte ré FUNAPE que efetuassem o pagamento das diferenças acumuladas desde a data do óbito até a data do efetivo pagamento do valor devido, à título de pensão por morte de servidor do estado, considerada a equivalência entre esta e o valor dos proventos percebidos pelo pessoal da ativa, no exercício do mesmo cargo antes exercido pelo "de cujus", marido (em vida) da parte autora, ora apelada, observado ainda o prazo da prescrição quinquenal para o cálculo das verbas devidas, incidindo ainda sob estas os juros e correção monetária devidos desde a citação da parte ré.

Em suas razões, de fls. 41/43, se depreende que os fundamentos da sentença de fls. 31/32, decisão ora hostilizada (consoante declarado pela parte apelante às fls. 41), não foram explicitamente rebatidos pela apelante, que optou por tratar das questões suscitadas e já analisadas pelo Julgador Singular em sede de Embargos de Declaração, que inclusive já mereceu sentença (a de fls. 36/37), deixando de observar a FUNAPE o princípio da impugnação específica ou princípio da dialeticidade.

A parte apelante, em preliminar, volta a tratar de suposta "nulidade absoluta" e "ausência de revelia", questões de direito já julgadas no recurso de Embargos de Declaração, conforme podemos observar na Sentença proferida nos autos do referido recurso, ora anexo, constante às fls. 36/37 destes autos.

É importante ressaltar que enquanto a sentença ora revisitada trata da "paridade entre o valor do benefício da pensão por morte de servidor do estado e o valor dos proventos de servidor da ativa, ou seja, da remuneração que o servidor segurado fizesse jus se vivo estivesse", a parte apelante passou a tratar de ato de intimação da parte apelante, levantando preliminar de "inexistência de revelia, nulidade absoluta", e assim agindo em suas razões recursais tergiversou por meio de discussão estranha a controvérsia objeto do recurso de apelação, deixando assim de refutar o conteúdo da decisão apelada, aquela das fls. 31/32 dos autos em tela.

Contrarrazões de fls. 46/50.

Cota ministerial de fls. 62/64.

É o que de importante se tem a relatar. DECIDO.

Inicialmente, quanto a questão preliminar suscitada no apelo, "da inexistência de revelia: nulidade absoluta", temos a esclarecer que razão não assiste à parte ora apelante, uma vez que, compulsando os autos em tela, temos que o despacho exarado às fls. 17 cuidou de determinar a citação e intimação da FUNAPE, sem o ato processual de citação tornado perfeito e acabado em data de 02 de setembro de 2011, com o ciente da parte ora apelante e o recebimento pela mesma parte da contraté (Certidão às fls. 20-v). Portanto, se a FUNAPE restou devidamente citada, tal ato processual prosperou nos planos de existência, validade e eficácia, nada mais podendo ser dito em relação ao mesmo.



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Antenor Cardoso Soares Junior

quanto a suposto vício de formação, como pretende a parte ora apelante tornar verdadeiro, com o propósito de suscitar questão de nulidade absoluta, que *in casu*, inexistente.

Logo, incabível qualquer afirmação quanto a supressão ao direito de defesa da parte ré, ora apelante, que deixou de observar o prazo para promover contestação por conta e risco, destarte, sendo de absoluta responsabilidade da parte ora apelante as consequências de não haver praticado o ato processual que deveria ter promovido.

Superada a questão preliminar é imperioso ressaltar que da simples leitura das razões da Apelação se depreende que os fundamentos da Decisão ora hostilizada não foram explicitamente rebatidos.

Portanto, é imperioso ressaltar que o ataque à decisão recorrida constitui exigência recursal, desde quando adotado no ordenamento jurídico pátrio o princípio da dialeticidade recursal, segundo o qual os recursos devem evidenciar os motivos de fato e de direito da reforma da r. decisão recorrida (CPC, arts. 514, II e 524 I e II e Súmula de nº 422, ex-OJSBDI2 de nº 90/TST).

Não obstante, o que restou consignado na sentença de fls. 31/32, a parte apelante deixa de rebater, e ao agir desta forma deixa também de observar a sistemática adotada pelo atual Código de Processo Civil, segundo a qual a parte não deve apenas manifestar a sua inconformidade com o ato judicial impugnado, mas, também, se faz necessário indicar os motivos de fato e de direito pelos quais requer o novo julgamento da questão nele cogitada.

Ao revés, do comando normativo, o que se depreende das razões recursais é que a parte apelante apenas teceu diversos comentários, sem apontar de forma clara os motivos de fato e de direito que ensejam novo julgamento, os quais são imprescindíveis que estejam intrinsecamente vinculados à decisão hostilizada, perfazendo combate específico ao ato judicial, o que, *in casu*, não restou observado.

Portanto, o presente recurso, por versar sobre matéria diversa da decisão ora atacada, não merece ser conhecido por não atender ao princípio da dialeticidade.

Neste cenário, este Egrégio Tribunal e os Tribunais Superiores vem recorrentemente permitindo para casos típicos como o presente, a subsunção do supracitado princípio:

DIREITO PROCESSUAL CIVIL. PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE. PETIÇÃO RECURSAL QUE NÃO INDICA OS MOTIVOS DE FATO E DE DIREITO QUE FUNDAMENTAM O PEDIDO DE NOVO JULGAMENTO. RECURSO DE AGRAVO NÃO CONHECIDO. 1 - Não há como se admitir um recurso, cujas razões estejam dissociadas da decisão atacada, uma vez que cabe ao recorrente, em função do princípio da dialeticidade, demonstrar em que consistiu o erro do ato impugnado, quer *in procedendo*, quer *in judicando*. 2 - No caso, negou-se seguimento à apelação, não por se reputar ausente o direito subjetivo reclamado, mas por se ter vislumbrado a ocorrência da prescrição. Deixou, assim, o recorrente de enfrentar a questão prejudicial de mérito, para ingressar no cerne da demanda, o que se revela infrutífero, porque se disse fulminada a própria pretensão. 3 - Recurso de Agravo não conhecido. (TJPE, 7ª Câmara Cível, Recurso de Agravo nº 189900-7/01, Relator: Des. Fernando Cerqueira Norberto dos Santos, Data do Julgamento: 24/8/2010).

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. ARGUMENTAÇÃO DO AGRAVO DESPROVIDA DE CONTEÚDO JURÍDICO. MERA REJEIÇÃO DO DECISUM. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA. PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE. SÚMULA 182/STJ.

1. O agravante deve atacar, especificamente, os fundamentos lançados na decisão agravada, refutando todos os óbices por ela levantados, sob pena de vê-la mantida. (Súmula 182/STJ).

2. "De acordo com o princípio da dialeticidade, as razões recursais devem impugnar, com transparência e objetividade, os fundamentos suficientes para manter íntegro o decisum recorrido. Deficiente a fundamentação, incidem as Súmulas 182/STJ e 284/STF" (AgRg no Ag 1.056.913/SP, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, DJe 26/11/2008).

3. Agravo interno não conhecido.

(AgRg no Ag 1150372/RS, Rel. Ministro PAULO FURTADO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/BA), TERCEIRA TURMA, julgado em 09/02/2010, DJe 26/02/2010)

Apelação Sem Revisão SR 7657415900 SP (TJSP)

PROCESSO CIVIL. A reiteração do exposto na petição inicial infringe o princípio da dialeticidade recursal ante a necessidade de a fundamentação se lastrear na decisão que se pretende reformar. Recurso não conhecido. .

TJSP - 15 de Agosto de 2008

AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA AIRR 198 198/2003-075-02-40.9 (TST)



83

ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Antenor Cardoso Soares Junior

AGRAVO DE INSTRUMENTO. DESFUNDAMENTAÇÃO. O ataque à decisão recorrida constitui exigência **recursal**, desde quando adotado no ordenamento jurídico pátrio o **princípio da dialeticidade recursal**, segundo o qual os recursos devem evidenciar os motivos de fato e...

TST - 11 de Outubro de 2006

APELAÇÃO CÍVEL 339788 AC 74002 SP 96.03.076002-1 (TRF3)

PROCESSUAL CIVIL. RAZÕES DE APELAÇÃO DISSOCIADAS DOS FATOS E FUNDAMENTOS JURÍDICOS ABORDADOS NA SENTENÇA. NÃO CONHECIMENTO I. Razões recursais que não guardam sintonia com os fundamentos apresentados pela r. decisã...

TRF3 - 21 de Junho de 2007

AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA AIRR 445669 445669/1998.8 (TST)

5ª Turma.. Relator: Gelson de Azevedo. Julgamento: 18/12/2001. Publicação: DJ 03/05/2002. 3/5/2002. Partes: . Ementa: AGRAVO DE INSTRUMENTO . **DESFUNDAMENTAÇÃO** . Não se conhece de agravo de instrumento **desfundamentado**. \ .

TST - 18 de Dezembro de 2001

AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA AIRR 750 750/2000-030-04-41.7 (TST)

REVISTA. DESPACHO DENEGATÓRIO DA REVISTA. NÃO IMPUGNADO. AGRAVO **DESFUNDAMENTADO**. Encontra-se **desfundamentado** o agravo em que a parte, além de não atacar... as razões deste recurso. Agravo não conhecido por **desfundamentado**. .

TST - 04 de Outubro de 2006

AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA AIRR 1404 1404/2003-002-13-40.8...

REVISTA. AGRAVO **DESFUNDAMENTADO**. É **desfundamentado** o agravo em que a parte não... desta Corte. Agravo não conhecido por **desfundamentado**. .

TST - 27 de Junho de 2007

Destarte, à luz do princípio da dialeticidade, não basta a parte recorrente manifestar o inconformismo e a vontade de recorrer, é necessário impugnar todos os fundamentos suficientes para sustentar a decisão contrariada, demonstrando de maneira discursiva, clara e precisa por que o julgamento revisitado merece ser modificado.

Desta forma, diante da ausência de impugnação específica e motivada da decisão hostilizada, impõe-se o não conhecimento do recurso por inobservância do princípio da dialeticidade.

Diante de todo o exposto, com arrimo no art. 557, caput, do CPC e art. 74, VIII, do RITJPE, NEGOU PROVIMENTO ao presente recurso de apelação, para manter inalterada a sentença contrariada por meio de apelo.

Com o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

Publique-se. Intime-se.

Recife, 27 de fevereiro de 2014.

Des. Antenor Cardoso Soares Júnior

Relator.

Logo, constatada a violação do princípio da dialeticidade, consoante previsão dos arts. 514, II e 524 I e II, ambos do Código de Processo Civil, temos que restou verificada a ausência de impugnação específica da decisão agravada por parte dos ora insurgentes, circunstância tal não modificada com a interposição do recurso de agravo à epígrafe.

Sendo assim, é certo que o agravante deve atacar, especificamente, os fundamentos lançados na decisão agravada, refutando todos os óbices por ela levantados, sob pena de vê-la mantida, pelo subsunção ao caso da súmula 182 do STJ, senão vejamos:

"É inviável o agravo do art. 545 do CPC que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada."



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Antenor Cardoso Soares Junior

Portanto, *in casu*, faltou a Agravante descortinar outra realidade, diferente daquela já bem visualizada pelo ora Relator quando da análise do Recurso de Apelação/Reexame Necessário de nº 0321794-3. Assim, nada mais esclareceu ou acrescentou a parte Agravante, capaz de permitir a esta Relatoria refluir de sua decisão monocrática, que aqui é robustecida, reforçada no presente voto.

Diante de todo exposto, ratificando o que antes fora afirmado, voto pelo NÃO PROVIMENTO do presente recurso para que seja mantida a decisão terminativa de fls. 67/68v, concedida no bojo do recurso de apelação/reexame necessário supracitado.

É como voto.

Recife, 23 de 09 de 2014.


Juiz José Viana Ulisses Filho
Relator Substituto